



Banco Central: inflação está sob controle nos próximos anos

Na Comissão Mista de Orçamento, o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, garantiu que, mesmo com alta de 0,72% do IPCA em abril, a expectativa de inflação permanece ancorada na meta de 4% para os próximos anos, graças à boa condução da política monetária

A pesar da recente alta, a inflação segue sob controle e “ancorada em torno da meta” para os próximos dois anos, disse o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em audiência na Comissão Mista de Orçamento.

Ele afirmou que a taxa de juros Selic está no seu patamar mínimo histórico, 6,5%, e que para cair é preciso levar em conta também o cenário internacional, as reformas em tramitação e o quanto é possível crescer sem gerar inflação.

Campos Neto negou que a concentração bancária seja responsável pelo elevado *spread* bancário no Brasil. Segundo ele, a questão abrange principalmente quatro fatores: o alto custo operacional, o custo financeiro, o lucro dos bancos e a inadimplência.

O presidente do BC disse ainda que o esfriamento da atividade econômica levou a uma alta chance de recuo do PIB no primeiro trimestre deste ano e que os constantes choques na economia em 2018 continuam dando reflexos. **3**



O presidente da CMO, senador Marcelo Castro, ao lado de Roberto Campos Neto e de seu assessor no BC, Fabio Araujo

Roque de Sá/Agência Senado

Ex-gerente nega responsabilidade por barragem

Em depoimento à CPI de Brumadinho, o ex-gerente-executivo operacional da Vale no Complexo Minerário de Paraopeba Rodrigo Melo disse que não tem responsabilidade pelo rompimento da barragem 1 do Córrego do Feijão. Ele explicou que era responsável pela lavra,

beneficiamento e embarque do minério, e não pelo controle da barragem.

A presidente da CPI, a senadora Rose de Freitas, lembrou que o executivo da área de Recursos Hídricos da Vale Felipe Rocha, ao ser ouvido pelos senadores em abril, declarou que todos os

diretores estavam cientes dos riscos de rompimento da barragem.

Os senadores questionaram ainda o fato de a defesa de Rodrigo Melo ser paga pela mineradora Vale e de ele ainda receber salário, apesar de não trabalhar mais na empresa. **2**



Leonardo Salles, advogado, Rodrigo Melo, depoente, Rose de Freitas, presidente, e Carlos Viana, relator da CPI

Peirão Franco/Agência Senado

Vai a Plenário acordo sobre registro internacional de marcas

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri, que facilita o registro internacional de marcas. Foi aprovado também o reconhecimento, por parte do Brasil, da mudança do voto qualificado dos países nas decisões de corporação do Banco Mundial. A análise dos dois acordos segue agora ao Plenário. **3**

IFI alerta para piora do cenário fiscal e violação do teto de gastos

O *Relatório de Acompanhamento Fiscal* de maio, divulgado ontem pela Instituição Fiscal Independente, mostra que a crise fiscal e a fragilidade do crescimento do produto interno bruto estão produzindo cenários piores para o final deste ano do que os de 2018. O relatório também alerta para o risco de descumprimento do teto de gastos em três anos. **3**



Entre Paim e Chyntia Barcellos, o ativista Toni Reis fala na audiência pública

Genaldino Magalhães/Agência Senado

Lei para criminalizar homofobia é pedida em audiência pública

A Comissão de Direitos Humanos promoveu ontem audiência pública para marcar o Dia Internacional de En-

frentamento à LGBTIfobia. Os convidados foram unânimes em defender a criminalização da homofobia. **4**



Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val são presidente e vice da comissão

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Violência contra mulher em fronteiras será tema de debate

Audiência para discutir situações de violências e abusos contra mulheres em zonas de fronteira será promovida

pela Comissão de Relações Exteriores. Requerimento com esse objetivo foi aprovado pelo colegiado ontem. **4**

Não tive responsabilidade, afirma ex-gerente da Vale

Segundo Rodrigo Melo, ele era responsável pela lavra, beneficiamento e embarque do minério e não pelo controle da barragem. Para senadores, advogado pago pela Vale compromete depoimento

OEX-GERENTE-EXECUTIVO OPERACIONAL da Vale no Complexo Minerário de Paraopeba (MG) Rodrigo Melo foi ouvido ontem pela CPI de Brumadinho. Ele tinha responsabilidade sobre o monitoramento da estrutura da barragem 1 da mina Córrego do Feijão, que se rompeu em 25 de janeiro, matando 238 pessoas e deixando 32 desaparecidas, segundo dados recentes da Defesa Civil.

Melo, que ficou preso por dez dias após o incidente, compareceu à CPI acompanhado do advogado Leonardo Salles, contratado pela mineradora, e declarou que, mesmo afastado do cargo, continua recebendo salário.

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) disse ser difícil para os senadores acreditarem nas respostas dos depoentes, já que a Vale paga os advogados de investigados pela CPI.

— Estamos aqui fazendo perguntas sérias, mas como vamos acreditar que ele vai chegar aqui e falar a verdade, sendo contratado e tendo defesa paga pela própria Vale?

Segundo o relator da CPI, senador Carlos Viana (PSD-MG), Melo também era gerente-executivo do complexo Mina da Alegria e foi investigado no inquérito que apurou responsabilidades na tragédia de



Relator, Viana questiona Melo, ao lado de Rose, que preside a comissão

Mariana (MG), em 2015. Mas Melo negou envolvimento com a barragem do Fundão.

— Em 25 anos de profissão, posso falar que sempre cumprí minha profissão de forma verdadeira e achar uma resposta para isso é muito difícil. Eu poderia estar entre os mortos, perdi um terço da minha equipe e não tenho porque não falar a verdade.

A presidente da CPI, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), lembrou que, ao ser ouvido pelos senadores em abril, o executivo da área de Recursos Hídricos da Vale Felipe Rocha declarou que todos os diretores estavam cientes dos riscos de rompimento da barragem.

— Ele não sugeriu, ele afirmou expressamente. Então, quem, afinal de contas, está dizendo a verdade neste processo? — questionou.

Melo respondeu que tinha a atribuição de fazer a gestão operacional da lavra, do beneficiamento e do embarque de minérios.

— A obrigação de fazer o monitoramento, o controle, a auditoria e a inspeção era de uma área técnica, fora da minha atribuição.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) disse que muitas vidas teriam sido poupadas se a Vale tivesse mudado o lugar da estrutura administrativa e do refeitório da mineradora em Brumadinho. Para ele, a empresa cometeu um crime ao não realizar as modificações.

Também estava prevista para ontem a oitava do ex-gerente-executivo de Geotecnia Operacional da Vale Joaquim Pedro de Toledo. O depoimento foi reagendado para terça-feira.

Chico Rodrigues defende projeto que acaba com reserva legal em área rural

Em discurso na quarta-feira, Chico Rodrigues (DEM-RR) apoiou o PL 2.362/2019, dos senadores Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e Marcio Bittar (MDB-AC), que acaba com a reserva legal (área do imóvel rural que não pode ser desmatada, mas pode ser explorada de forma sustentável).

O projeto revoga o capítulo que trata da reserva legal no Código Florestal. Rodrigues

argumentou que as atuais restrições interferem em qualquer atividade econômica rural, do Acre ao Rio Grande do Sul.

— O projeto corrige uma grande injustiça cometida contra os proprietários de terra em área com reserva legal, onde estão legalmente impedidos de qualquer investimento econômico, embora ocupem um espaço geográfico de maravilhosa potencialidade.

Lasier Martins destaca importância da democracia e da participação popular

Lasier Martins (Pode-RS) destacou, na quarta-feira, a importância da democracia. O senador admitiu que as democracias não são perfeitas, mas abrem a possibilidade de participação popular.

Lasier lembrou que a definição de democracia é governo do povo, em que a população pode se manifestar por meio



Roque de Sá/Agência Senado

do voto. Ele disse, porém, que muitos que exercem o poder se esquecem do povo, fazendo o país ter uma democracia “muito parcial”.

— Hoje temos desigualdades, carências e injustiças. A democracia só tem sido boa para ricos e privilegiados, mas a democracia precisa existir para todos — declarou.

Wellington Fagundes comemora os 152 anos da cidade de Várzea Grande (MT)

Na quarta-feira, Wellington Fagundes (PR-MT) parabenizou a cidade de Várzea Grande pela comemoração dos seus 152 anos. Para o senador, o município é um dos mais importantes de Mato Grosso.

Com 300 mil habitantes, a cidade é promissora, disse o senador, uma vez que tem atraído novos investimentos



Marcos Oliveira/Agência Senado

nos setores industrial e comercial. Segundo Wellington, o produto interno bruto (PIB) é o segundo maior da região metropolitana e o terceiro maior do

estado. São 30 mil empresas ativas, de acordo com ele. — É uma cidade muito peculiar, por sua história, artesanato, na cultura, na forma de ser do seu povo.

Reportagem especial aborda educação financeira

Na 6ª Semana Nacional da Educação Financeira, a reportagem especial da Rádio Senado “Educação financeira: que bicho é esse” traz uma reflexão sobre o comportamento das pessoas diante do dinheiro e dos investimentos. Para muitas pessoas, falar sobre vida financeira é um verdadeiro pesadelo, justamente pela falta de informação e educação para lidar com dinheiro. A Estratégia Nacional de Educação

Financeira (Enef) foi instituída em 2010 e definiu que a partir de 2020 a disciplina seria obrigatória na educação básica. A reportagem levanta a discussão sobre finanças pessoais, dívidas, investimentos e vários aspectos que envolvem a segurança econômica do indivíduo e da sociedade.

Dividido em cinco partes, o especial ilustra como cada um lida com suas decisões, traz dicas da psicologia sobre

como mudar comportamento, conselhos sobre como se tornar investidor e ainda explica sobre a Bolsa de Valores. Um capítulo especial vai falar sobre o ato necessário de manter o hábito de poupar dinheiro para o futuro.

“Educação financeira: que bicho é esse” de segunda a sexta-feira no *Conexão Senado*, às 8h30, com reprise às 22h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso deve propor saídas para crise, diz Confúcio

Confúcio Moura (MDB-RO) defendeu, na quarta-feira, que o Congresso assumira a liderança na busca de saídas para as grandes causas do Brasil. Ele pediu que os parlamentares se debrucem sobre projetos menores, mas importantes para superação da crise.

O senador alertou para possíveis novos anúncios de contingenciamento do Orçamento.

— É crise de todo lado: fiscal, prisional, na educação, na saúde. Então temos que ir trabalhando crise a crise, uma a uma, para podermos encaminhar o país.

Marcos Rogério sugere modelos para a educação

Marcos Rogério (DEM-RO) comentou ontem, em Plenário, modelos educacionais considerados de sucesso pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Para o senador, é preciso encontrar o motivo pelo qual o Brasil não consegue alcançar resultados melhores e se espelhar em países como Japão e Finlândia.

— Não sou muito afeito a colher exemplos externos e aplicá-los no Brasil, porque nossas realidades são muito diferentes, mas alguns são bem-vindos.

Protestos vão além do corte na educação, diz Plínio

Plínio Valério (PSDB-AM) afirmou ontem que as manifestações ocorridas no dia anterior foram motivadas por várias razões. Para o senador, o catalizador dos protestos não foi apenas o corte anunciado pelo governo Bolsonaro na educação.

— Foi pela falta de emprego. Pela falta de dignidade do cidadão. Pelo desrespeito no tratamento que o Executivo está dando para todos nós. Brasileiros e brasileiras merecem respeito, e mais, merecem solução para os problemas.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Banco Central garante inflação sob controle

Presidente da instituição, Roberto Campos Neto, disse a deputados e senadores na Comissão Mista de Orçamento que, apesar da alta recente, expectativa de inflação permanece em 4% para 2020 e 2021

O PRESIDENTE DO Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que, apesar da ligeira alta recente, a inflação segue sob controle e “ancorada em torno da meta” para os próximos anos. O economista participou ontem de uma audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Campos Neto lembrou que o índice chegou a 10,7% em 2015, mas, segundo ele, “a boa condução da política monetária, baseada na cautela e serenidade, permitiu retomar o controle da situação”.

— Tanto é que a expectativa está mantida em torno de 4% para 2020 e 2021.

Em relação à necessidade de queda da taxa básica de juros (Selic), Campos Neto disse que a taxa está no seu patamar mínimo histórico (6,5%) e que é preciso levar em conta também o cenário internacional, as reformas em tramitação e o quanto é possível crescer sem gerar inflação:

— O melhor jeito de crescer de forma estável é ter inflação



Roberto Campos Neto

Presidente do BC, Campos Neto falou ainda sobre *spread* bancário

sob controle. Já tivemos experiências no passado de fazer crescer a economia mantendo a inflação mais alta. A Argentina, por exemplo, decidiu que não queria subir juro e subiu a meta da inflação — opinou.

O elevado *spread* bancário no Brasil foi alvo de críticas dos parlamentares, que questionaram a grande diferença entre a remuneração que o banco paga ao investidor para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o

mesmo dinheiro. O presidente do BC negou que a simples concentração bancária seja responsável pelo problema. Segundo ele, a questão abrange sobretudo quatro fatores: o alto custo operacional, o custo financeiro, o lucro dos bancos e a inadimplência.

— O maior custo é de inadimplência. O cadastro positivo ainda não surtiu efeito, pois não foi regulamentado. No Brasil, recuperam-se apenas 13 centavos de cada real, e depois de quatro anos. É um problema sério de recuperação de crédito.

O presidente do BC disse que o esfriamento da atividade econômica levou a uma alta chance de recuo do produto interno bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano. Segundo ele, os constantes choques na economia ao longo de 2018 continuam dando reflexos.

— Além disso, incertezas sobre o ambiente têm efeitos adversos sobre a atividade econômica. Essa incerteza afeta decisões de investimentos, que precisam de previsibilidade.

Avança acordo internacional sobre registro de marcas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri, elaborado por Marcio Bittar (MDB-AC). Autoridades da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, do

Ministério da Economia e do Itamaraty acompanharam a votação. Anastasia chamou a atenção para a importância do acordo para a indústria brasileira.

Anastasia relatou também o acordo sobre voto na CFI e considerou que o tratado é “favorável para o Brasil”. A mudança na corporação aumenta a participação dos votos básicos de 1,88% para 5,55%. Sendo assim, as nações em desenvolvimento, como o Brasil, aumentam de 33,4% para 44,1% o poder de voto.

O objetivo é igualar a CFI ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), outro órgão que constitui o Banco Mundial.



Anastasia também apresenta relatório sobre voto em corporação

IFI aponta piora no cenário econômico até fim do ano

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulgou ontem o Relatório de Acompanhamento Fiscal de maio. Segundo o documento, a crise fiscal e a fragilidade do crescimento do produto interno bruto (PIB) estão produzindo cenários piores para o fim deste ano do que os apresentados no ano passado.

A projeção de crescimento do PIB foi revisada de 2,3% para 1,8% em 2019. No curto prazo, a inflação média e os juros básicos deverão ser

menores, e a taxa de câmbio, mais depreciada. A dívida pública segue em trajetória de alta. Atingiu 78,4% do PIB em março e deverá chegar a 85,5%, em 2025, conforme a projeção. O nível de 100% do PIB para a dívida bruta pode ser atingido em 2026, e não mais em 2030, como previsto no ano passado.

O IFI também alerta para o risco do descumprimento do teto de gastos em três anos. A Emenda Constitucional 95, de 2017, congelou os gas-

tos do governo por 20 anos. A principal consequência seria o acionamento dos gatilhos previstos na emenda. O resultado é o congelamento dos gastos com pessoal, que deverão passar de 4,2% do PIB para 2,5% do PIB em uma década. A medida poderia dificultar a execução de políticas públicas e o funcionamento do Estado.

O relatório adverte que, sem alterar as despesas obrigatórias, o ajuste fiscal continuará penalizando os investimentos.

Ninguém provocou tanto a educação, afirma Randolfe

Na quarta-feira, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) destacou as mobilizações em favor da educação no Brasil, em 173 cidades, e manifestou apoio à luta de estudantes contrários ao corte de verbas no setor.

Para ele, ninguém provocou tanto os que estão envolvidos com a educação quanto o governo atual.

— São besteiras crescentes ditas pelo ministro da Educação e pelo presidente.

Randolfe defendeu que o Senado não vote nenhum projeto enquanto não houver reposição dos recursos da educação.

Paim: protestos vão muito além da educação

Paulo Paim (PT-RS) disse que as manifestações de quarta-feira não foram apenas pelo contingenciamento na educação. Para ele, vai além dos cortes.

— A reforma joga as futuras gerações na insegurança do sistema de capitalização. Se o sistema é tão bom, proponham para as Forças Armadas, para a polícia militar, para a polícia civil, para aqueles que têm aposentadoria especial. Ninguém vai aceitar.

Paim lembrou mensagem escrita por ele, no Twitter, dias antes dos protestos: “Os estudantes estão a sinalizar a crise que está no país. A crise é gravíssima”.

Corte é devastador para Roraima, lamenta Telmário

Telmário Mota (Pros-RR) disse em Plenário, na quarta-feira, que o corte orçamentário anunciado pelo governo na educação superior está sendo devastador para a Universidade Federal de Roraima (UFRR). Segundo ele, o corte foi maior do que o promovido na maioria dos estados: 43% do orçamento da instituição. A previsão de recursos para a UFRR em 2019, antes do bloqueio, era de R\$ 51 milhões, agora, conforme o senador, resta o montante de menos de R\$ 26 milhões para custeio e menos de R\$ 3 milhões para investimentos, excluindo o pagamento da folha de pessoal.



Randolfe Rodrigues

Genaldino Magalhães/Agência Senado



Emerson Santos, Rodrigo Camargo, Paulo Paim, Priscila Morégoia, Deborah Duprat e Chyntia Barcellos

Debatedores pedem lei para criminalizar a homofobia

Audiência marcou o Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia, celebrado hoje. Advogados e representantes dos movimentos criticaram a postura do atual governo em relação ao assunto

UMA PESSOA É assassinada no Brasil a cada 16 horas em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ao menos 8.027 lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI) foram mortos em crimes de ódio motivados por homofobia entre 1963 e 2018, de acordo com relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), citado ontem durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) para marcar o Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia.

Participantes da audiência foram unânimes em defender a criminalização da homofobia como um dos caminhos para mudar essas estatísticas e criticaram a postura do governo federal em relação à comunidade LGBTI.

Os convidados disseram esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) enquadre a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero como crime. O julgamento ini-

ciado em 13 de fevereiro deve ser retomado no próximo dia 23. Quatro ministros votaram até agora a favor da proposta feita pelas duas ações que levaram a questão ao Plenário da Corte.

Para o advogado Rodrigo Camargo, da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares, o Congresso foi omissivo em relação ao tema.

— O movimento LGBTI pleiteia o direito à existência. Onde o Estado não entra, a impunidade e a violência persistem — defendeu Camargo.

Impunidade

O STF também pode decidir fixar ou não um prazo para que o Congresso edite uma lei sobre o tema, como pedem as ações. Enquanto parlamentares não se manifestarem, a criminalização da homofobia e da transfobia podem ser enquadradas na Lei dos Crimes de Preconceito e Discriminação Racial (Lei 7.716 de 1989).

Na avaliação de Chyntia Bar-

cellos, secretária da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a impunidade reforça a violência.

— É um crime de ódio, equiparado ao racismo. Nada insufla mais o criminoso do que a impunidade — disse.

Organizações de defesa dos direitos de LGBTI também pedem a aprovação de outros projetos como o Estatuto das Famílias (PLS 470/2013). O texto, da ex-senadora Lídice da Mata, condensa todos os temas relativos ao direito de família e contempla as famílias não tradicionais, como as formadas a partir de uniões homoafetivas.

A proposta foi arquivada no fim da legislatura passada, mas pode ser resgatada a pedido de senadores.

O debate foi proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS) para marcar a passagem do Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia, comemorado em 17 de maio.

Comissão vai discutir violência contra a mulher em fronteiras

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a realização de uma audiência sobre situações de violências e abusos contra mulheres em zonas de fronteira. Uma das convidadas é a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves. A iniciativa, que terá como foco as zonas fronteiriças do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, partiu do presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS). As secretarias de Segurança Pública desses estados desenvolvem uma política conjunta que trata do mapeamento e diagnóstico de todo tipo de violência contra as mulheres.

Entre os problemas já identificados, está o uso de meninas como “mulas” do tráfico por homens que fazem

parte do crime organizado.

Por iniciativa de Esperidião Amin (PP-SC), a CRE também decidiu enviar ofício ao Itamaraty, questionando sobre uma reunião secreta que teria ocorrido entre autoridades da embaixada de Israel com representantes do governo brasileiro. Segundo noticiado pela *Folha de S.Paulo*, Israel teria pedido a adesão do Brasil a uma aliança internacional contra o Irã.

— Israel considera que o Irã está sendo belicoso. Razão pela qual os EUA já enviaram um poderoso porta-aviões para o Golfo Pérsico. Está se criando um novo clima de perturbação que tem causado o aumento do preço do barril de petróleo. Mas que participação o Brasil poderia ter nisso? Só se for parar de vender frango — criticou o senador.

Projeto prevê punição para o uso de título acadêmico falso

O Senado analisa projeto de lei que pune quem se utiliza de “falsos títulos acadêmicos” para garantir vantagem econômica (PL 2.897/2019). A pena é de três a seis anos de reclusão mais multa. O autor é Jorge Kajuru (PSB-GO).

A punição pode chegar a oito anos de reclusão se o beneficiado cometer o crime para conseguir ocupar cargo, função ou emprego público.

O projeto, que modifica o Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940), aguarda o recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador avalia que esse tipo de prática beneficia “pessoas que ganham dinheiro e prestígio sobre uma mentira”, prática que, segundo ele, não pode e não deve mais ser tolerada.



Telmário Mota pede resgate de vítimas de crime

Telmário Mota (Pros-RR) pediu ontem a intermediação do governo federal para que os corpos de três integrantes de uma mesma família vítimas de uma chacina em área de garimpo, em Roraima, sejam resgatados e o processo de investigação criminal possa ser iniciado.

Segundo o senador, o crime ocorreu no domingo, no Rio Mucajaí, e até agora, nada foi feito.

— Os corpos estão jogados, e a família batendo às portas da Justiça, da polícia, sem conseguir buscar para ter o direito de enterrá-los.



Rodrigues elogia lei que protege mulher agredida

Chico Rodrigues (DEM-RR) destacou ontem os avanços da Lei 13.827, sancionada na terça-feira, que vai facilitar a aplicação de medidas protetivas de urgência às vítimas de violência doméstica.

O senador observou que, com a nova norma, quando constatada a existência de risco iminente à vida da mulher ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar.

— A aplicação imediata deveria ter sido já na sua origem. Uma agressão contra a mulher não pode esperar um minuto.



Detentas são invisíveis no Brasil, diz Kajuru

A mulher encarcerada tem sido invisível para a sociedade e para os responsáveis pela gestão da política carcerária, afirmou ontem Jorge Kajuru (PSB-GO). Para o senador, a ausência de informações dignas de confiança tem dificultado a formulação de políticas públicas.

— As presidiárias enfrentam obstáculos especialmente na limitação das instalações recreativas, no atendimento de saúde e no atendimento de produtos mínimos de sobrevivência específicos das mulheres — afirmou o senador.

Para Zequinha, exploração sexual infantil é “chaga”

Zequinha Marinho (PSC-PA) disse na quarta-feira que a exploração sexual de crianças e adolescentes ainda é “uma das maiores chagas” do Brasil. Ele afirmou que o combate a esse tipo de crime é uma obrigação dos governantes e da população brasileira.

O senador ressaltou que a exploração sexual de jovens acontece em todo o território nacional e que o engajamento coletivo para combater a prática é urgente.

— A sociedade tem que colocar esse problema na ordem do dia — disse Zequinha.



Izalci enumera notícias boas para o Brasil

Izalci Lucas (PSDB-DF) prometeu ontem que seus pronunciamentos darão visibilidade e acontecimentos bons e positivos do Brasil.

A sanção da Lei 13.827, que facilita a aplicação de medidas protetivas de urgência para mulheres ou a seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar, e a assinatura do decreto de canonização da Irmã Dulce (1914-1992), foram citadas pelo senador como positivas.

— Eu vou fazer um contraponto todos os dias, eu vou dar notícias boas. Isso faz bem!

Senador propõe mudança em imposto rural

A mudança de competência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) foi sugerida ontem pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT).

Ele defendeu a aprovação da proposta que tira o ITR da competência federal e passa para a municipal: a PEC 74/2019, da qual é primeiro signatário.

Na opinião de Wellington, o imposto não cumpre com seus propósitos, como o desestímulo à subutilização da terra e à propriedade improdutiva, porque a União não consegue implementar uma fiscalização efetiva, pois não tem capacidade suficiente para acompanhar uma planta de valores em todo o território brasileiro.